

**CHATHAM HOUSE**  
**THE ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS**

Intervenção de Sua Excelência Maria do Carmo Silveira  
Secretária Executiva da CPLP

**“A importância das organizações intergovernamentais  
para os Estados africanos”**

Londres, 28 de março de 2018

**Excelências,**

**Senhoras e Senhores,**

Permitam-me, em primeiro lugar, agradecer à Chatham House o convite que me foi formulado para dirigir-me a esta plateia.

Para mim, pessoalmente, constitui uma grande honra estar aqui neste centro de excelência e poder partilhar algumas reflexões sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, organização cujo Secretariado Executivo tenho a honra de dirigir.

O tema geral proposto para o nosso encontro é “A importância das organizações intergovernamentais para os Estados africanos”. Espero poder, a partir da perspectiva de uma dessas organizações, que é a CPLP, contribuir para o debate e para a reflexão em curso no âmbito da Chatham House.

Permitam-me começar por apresentar-vos brevemente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para de seguida trazer alguns elementos de reflexão que possibilitem situar a CPLP dentro do tema mais geral que nos reúne aqui.

A CPLP é uma organização intergovernamental dos países que têm o português como língua oficial. Conta, actualmente, com nove Estados-Membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné

Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Usando uma frase do ex-Secretário-geral adjunto da ONU, Dr Carlos Lopes, “A CPLP é uma comunidade de duas idades: a primeira, secular, correspondente à história do espaço geográfico em si; a segunda idade é a de uma organização que foi constituída em 1996, portanto, ainda recente, com apenas 22 anos”.

A Organização rege-se por alguns princípios, tais como a igualdade soberana entre os seus Estados-Membros; a não-ingerência nos assuntos internos destes Estados; o respeito pelas identidades nacionais; a reciprocidade de tratamento; o primado da paz, da democracia, do Estado de Direito, dos direitos humanos e da justiça social; o respeito pela integridade territorial dos seus Estados-Membros.

É também compromisso da CPLP o estímulo à cooperação entre os seus Estados-Membros, com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos direitos humanos.

A CPLP conta com três órgãos políticos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros e o Comité de Concertação Permanente, formado pelos Representantes Permanentes junto da CPLP designados pelos Estados-Membros.

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão executivo da organização e tem como funções principais implementar as decisões emanadas das reuniões dos órgãos deliberativos e demais instâncias intergovernamentais da CPLP.

A estrutura institucional da Comunidade engloba ainda uma Assembleia Parlamentar que congrega membros dos parlamentos nacionais de todos os Estados-Membros.

Devo, finalmente, destacar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com sede na Cidade da Praia, em Cabo Verde, que compõe também o arcabouço institucional da CPLP. A sua função essencial é impulsionar o pilar da promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio do estatuto de Observador Associado a países terceiros ou organizações internacionais ou regionais. Nos últimos anos, temos vindo a assistir a um crescente interesse de países em adquirir o estatuto de Observador Associado da CPLP. Neste momento totalizam 10 Observadores Associados e várias candidaturas estão a ser preparadas para consideração da próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.

Excelências, Senhoras e Senhores,

A actuação da CPLP assenta em três objectivos primordiais: a concertação político-diplomática; a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa.

No plano da concertação político-diplomática, a CPLP tem procurado apoiar o fortalecimento das instituições democráticas nos Estados-Membros, mediante, entre outros, a realização regular de missões de observação eleitoral nos Estados-Membros que assim o solicitam.

Na vertente externa, a CPLP tem fomentado a troca de informações e a construção de posições comuns em foros internacionais. Esta concertação tem sido bem patente ao nível de organizações multilaterais como a ONU, a FAO, a OMS. Recentemente, apresentamos uma intervenção conjunta da CPLP no Oitavo Fórum Mundial da Água, que aconteceu na semana passada, em Brasília.

Na esfera da cooperação, a CPLP tem sido um espaço de troca de experiências e de boas práticas, de capacitação em diversas áreas como a justiça, saúde, trabalho e proteção social, igualdade de género, educação, cultura, ensino superior, ciência e tecnologia, entre outros.

Mais recentemente, temos estado a incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Agenda 2030 das

Nações Unidas nas nossas estratégias e programas de cooperação, de modo a fazê-los convergir com a agenda global de cooperação. A iniciativa da atual presidência *pro tempore* do Brasil de eleger a Agenda 2030 como tema central do seu programa de trabalho tem dado um impulso decisivo a esse esforço.

Finalmente, e muito brevemente, no que se refere à língua portuguesa, a ideia de constituição de uma política comum para a promoção, difusão e internacionalização do português tem-se intensificado na última década, por meio da realização de conferências internacionais e da elaboração de planos de trabalho que têm, entre os temas centrais, a pluricentralidade da língua portuguesa; o ensino e a formação em língua em contextos multilíngues; o potencial económico da língua; e a cultura, a ciência e a inovação.

Além disso, a ideia de que o português venha a ser, eventualmente, adoptado como língua oficial no sistema das Nações Unidas tem merecido atenção permanente da CPLP.

Excelências, Senhoras e Senhores,

Feita esta breve introdução, permitam-me agora, a partir da perspectiva da CPLP, trazer alguns elementos de reflexão sobre a importância das organizações intergovernamentais para os países africanos.

Como sabemos, a situação interna e a inserção internacional, real ou desejada, de cada Estado determinam sempre o envolvimento deste Estado e o seu nível de engajamento em qualquer organização em que participe. E a CPLP, como qualquer outro organismo intergovernamental, reflecte, na sua actuação, a convergência “possível” dos diferentes interesses nacionais que nela se projectam.

Por outro lado, creio que a profusão de foros internacionais nos quais os Estados podem defender e afirmar os seus interesses nacionais faz com que cada organização internacional se veja compelida a definir com mais clareza qual a sua missão e que “valor agregado” tem a oferecer aos seus membros.

Assim, estou convencida que qualquer reflexão em torno do papel dos organismos internacionais para os Estados, sejam eles africanos ou não, deve referir-se a este dilema permanente e sempre dinâmico entre os distintos interesses nacionais e suas ambições externas, por um lado, e os diferentes valores agregados oferecidos por cada organização de modo a satisfazer esses interesses.

De forma mais concreta, podemos talvez sugerir que este dilema se traduz, na prática, na procura do equilíbrio entre (i) a necessidade de buscar e encontrar soluções colectivas num mundo globalizado e interdependente e (ii) a defesa de valores e princípios caros ao

sistema internacional que herdamos da época moderna, como a soberania estatal e a não ingerência em assuntos internos.

Numa perspectiva idealista, este dilema dilui-se quando vista à luz de algo que a transcende, que é o interesse comum e a melhoria da qualidade de vida de cada cidadão. E, garantir a paz e os direitos fundamentais de todos e assegurar o desenvolvimento sustentável na esfera colectiva e individual seriam, assim, princípios e objectivos maiores que se sobrepõem aos conflitos de interesse na esfera internacional e que devem guiar a sua resolução pacífica.

Contudo, sabemos que o mundo da *real politik* é bem mais complexo do que isto. Cada Estado define o seu interesse nacional e a sua consequente projecção internacional em função de circunstâncias históricas e de conjunturas políticas, sociais, culturais e económicas sempre singulares e que devem ser levadas em conta e respeitadas.

Dessa forma, o dilema permanece. E, afinal, para que servem, as organizações internacionais?

Não tenho, naturalmente, a pretensão de dar aqui uma resposta definitiva a esta pergunta. Nem sequer aventuro-me a aprofundar essas reflexões iniciais de carácter muito genérico.

Vou limitar-me apenas a sugerir, com base na minha experiência de cerca de 15 meses à frente do Secretariado Executivo da CPLP, qual

pode ser, na minha perspectiva, a importância desta organização para os Estados africanos que a integram.

Nesta perspectiva, a questão que procurei explorar brevemente é, simplesmente: que valor agregado a CPLP tem a oferecer aos seis Estados-Membros africanos que a integram? Ou, por outras palavras, o que esperam da CPLP os seus Estados-Membros africanos?

A resposta a esta questão deve ser vista sob duas perspectivas: uma interna e outra externa.

Do ponto de vista interno (no seio do grupo), a CPLP oferece aos países africanos “Um espaço de cooperação facilitada pelo idioma comum, de solidariedade, de partilha de boas práticas que permite enriquecer com as experiências e conhecimentos de uns e de outros e competências ao serviço da solução dos problemas que afligem os respectivos povos”. A língua comum constitui neste caso um elemento unificador.

Face ao resto do mundo, a CPLP representa “um fórum mais amplo de concertação para fazer ouvir a sua voz no contexto internacional”.

Porém, isto leva-me ao segundo questionamento: o que diferencia a CPLP de outros organismos internacionais, seja os de carácter mundial, como as Nações Unidas, ou os de carácter regional e sub-regional em que estes países já se encontram filiados, como a União Africana, a CEDEAO, a SADC e a CEMAC?

Estou convencida de que a força da CPLP reside na sua singularidade e na sua heterogeneidade, características que a tornam complementar, e não concorrente, em relação às demais organizações que integram países africanos.

A CPLP representa hoje cerca de 300 milhões de cidadãos de nove Estados, distribuídos em quatro continentes e inseridos em diferentes contextos regionais. Trata-se, assim, de uma organização de grande potencial geoestratégico, geopolítico e económico.

O carácter pluricontinental da CPLP e o potencial geopolítico que encerra podem dar aos países africanos que a integram maior visibilidade e projecção internacional e a possibilidade para estabelecerem vínculos mais fortes com outros continentes e outras organizações. A CPLP oferece, assim, aos seus membros africanos um olhar sobre o resto do mundo, uma oportunidade de projecção no contexto internacional.

Singular na sua configuração geográfica, a CPLP caracteriza-se também por uma enorme diversidade interna. Os Estados que a integram apresentam níveis muito distintos de desenvolvimento económico. Mesmo entre os Estados-Membros africanos, as diferenças são imensas.

E, no entanto, apesar de todas as assimetrias que poderiam nos separar, a CPLP conseguiu consolidar-se, ao longo dos seus 22 anos de existência, como uma organização capaz de construir consensos

internos e de afirmar a sua presença no cenário internacional, como tem demonstrado o crescente número de países interessados em obter o estatuto de Observador Associado.

O idioma comum e os laços históricos e culturais que unem estes países são, sem sombra de dúvida, factores que fornecem uma base sólida sobre a qual construir um projecto colectivo.

Mas creio também que o elemento galvanizador que permitiu que esses factores facilitadores iniciais florescessem e dessem frutos foi a vontade política dos idealizadores e fundadores da Comunidade, alimentada pelos seus sucessores, de constituir um organismo horizontal e democrático, onde todas as vozes fossem igualmente ouvidas e as decisões tomadas colectivamente. Um organismo - que não por acaso decidiu auto-intitular-se “comunidade” - onde as assimetrias não se traduzissem automaticamente em hegemonias.

Essa vontade política que privilegia as afinidades em detrimento das diferenças, sem ignorá-las ou desrespeitá-las, permitiu avanços substantivos que se reflectem em acções concretas de cooperação *lato sensu* para o fortalecimento das instituições políticas, a formação de agentes públicos melhor preparados, políticas públicas mais eficientes; permitiu a adoção mais recente de medidas que poderão a médio prazo impulsionar a difusão da língua portuguesa; permitiu a formulação de posições comuns em foros internacionais que projectam a Comunidade, mas também os seus Estados-Membros.

Naturalmente, refiro-me aqui à CPLP no seu melhor. Os avanços concretos são, muitas vezes, obtidos lentamente e com dificuldades. As oscilações na evolução da situação interna de cada país fazem com que, em muitas ocasiões, as prioridades e os focos mudem, deixando em segundo plano ou enfraquecendo a vontade política que dá fôlego à Comunidade.

Passaram-se 22 anos desde a institucionalização da CPLP. Ao longo deste período houve profundas alterações na conjuntura política e económica interna dos Estados-Membros e significativas transformações no que se refere ao modo de funcionamento das economias mundiais.

Os Estados africanos enfrentam desafios económicos e sociais próprios.

As tradicionais formas de ajuda ao desenvolvimento estão obsoletas/ ultrapassadas.

Estas mudanças exigiram da CPLP uma nova visão estratégica, virada para o futuro, colocando-a o desafio de se superar no contexto do mundo globalizado, sem se descaracterizar, e de transformar os vínculos históricos, linguísticos e afectivos que unem os Estados-Membros e a diversidade cultural que os caracteriza numa alavanca para o desenvolvimento económico e social.

Os países querem ver na CPLP formas alternativas de relacionamento como, por exemplo, a criação de plataformas de interesses comuns, nomeadamente, através do empresariado e do investimento no sector privado, como princípio activo da relação de confiança (o que traria dois benefícios: alargar mercados e proteger interesses comuns em negociações internacionais).

Para os países africanos membros, a CPLP não deve continuar focalizada, apenas, na língua portuguesa como há vinte anos. O critério, exclusivamente, linguístico deixa de fazer sentido. Outras organizações já existentes com base nesse critério adaptaram-se e alteraram a sua composição e os seus objectivos estratégicos.

A língua e a cultura são o património sagrado a preservar e transmitir, mas devem ser também fundamentos para o progresso económico.

Estes países têm todo o interesse que a organização se adapte à nova realidade resultante da conjuntura internacional onde os pilares económicos e sociais assumam cada vez maior importância no domínio da geopolítica e da geoeconomia.

Em suma, existe na CPLP um potencial que permite perspectivar uma cooperação entre os seus Estados-Membros que abarque todos os domínios, nomeadamente, o político, económico, cultural e outros, que permita a sua intervenção em novas dimensões, que permita a cada um alavancar o seu processo de desenvolvimento e

em que a cooperação económica e empresarial assuma um papel primordial.

Mas o facto de um potencial não ser, plenamente, explorado ou realizado não faz com que ele deixe de existir. O que temos feito ao nível do Secretariado Executivo é lembrar aos Estados-Membros o extraordinário instrumento de desenvolvimento interno e de projecção internacional que têm nas mãos, sem nunca esquecer que caberá a estes decidir o que fazer com ele.

Excelências, Senhoras e Senhores,

Antes de terminar, quero agradecer novamente pelo convite e pela oportunidade. Coloco-me à disposição para responder a eventuais dúvidas e questões que queiram levantar.

**MUITO OBRIGADA PELA VOSSA ATENÇÃO**